

TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 08022021RP2

LUIZ
JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA
RA:28498027
000175

Assinado de
forma digital por
LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:2
8498027000175
Dados: 2021.09.22
09:22:55 -03'00'

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM, DE UM LADO A
PREFEITURA MUNICIPAL DE
ARARIPE, ATRAVÉS DA SECRETARIA
DO TRABALHO E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DO
OUTRO LADO A EMPRESA LUIZ
JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA PARA O FIM QUE A
SEGUIR SE DECLARA:**

O MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE- CE, pessoa jurídica de direito público interno, através da **SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, inscrita no CNPJ/MF sob o Nº **14.497.385/0001-59**, com sede na Rua Alexandre Arraes, nº 937, Bairro Centro, Araripe- Ceará, neste ato representado pelo respectivo SECRETÁRIO, Sr. **ERIC PAULINO ROCHA**, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e do outro lado a Empresa **LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA**, com sede na cidade de Araripe, Estado do Ceará à Rua são Paulo, n.º 894. Bairro Centro, Juazeiro do Norte – CE, inscrita no CNPJ/MF nº **28.498.027/0001-75**, representado pelo Sr. **Luiz Joaquim dos Santos**, inscrito no CPF/MF nº **540.850.393-34**, no final assinada, doravante denominada de **CONTRATADA**, firmam entre si o presente TERMO DE CONTRATO mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:

1.1. Processo de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico tombado sob o nº **08.02/2021-PERP**, em conformidade com o Decreto 10.024 de 20 de Setembro de 2019, a Lei nº 8.666/93 – Lei das Licitações Públicas, c/c os termos da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto da presente : **SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE**, tudo conforme especificações contidas no Termo de Referência, constante no Anexo I do edital e da proposta adjudicada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR, DO REAJUSTE E DO REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO:

3.1. O valor global da presente avença é de **R\$ 17.609,54 (dezessete mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos)**, a ser pago em conformidade com a entrega no período respectivo, de acordo com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da empresa, acompanhadas das Certidões do INSS e FGTS, todas atualizada, observadas as condições da proposta e o seguinte.

3.2. O valor do presente Contrato não será objeto de reajuste antes de decorridos 12 (doze) meses do seu registro, hipótese na qual poderá ser utilizado o Índice IGP-M da Fundação Getúlio Vargas.

3.3. REEQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO: Na hipótese de sobrevirem fatos imprevistos, ou previsíveis porem de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do





ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, poderá, mediante procedimento administrativo onde reste demonstrada tal situação e termo aditivo, ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do artigo 65, II "d" da Lei Federal nº 8.666/93, alterada e consolidada.

3.4. Independente de declaração expressa, fica subentendido que, no valor pago pelo contratante, estão incluídas todas as despesas necessárias á execução dos serviços, inclusive as relacionadas com produtos, equipamento e mão de obras.

CLAUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL:

4.1. O presente Instrumento terá vigência até 31 de dezembro de 2021.

CLÁUSULA QUINTA – DO LOCAL, PRAZO, FORMAS DE ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO:

5.1. Os Bens adquiridos deverão ser entregues de forma Parcelada, conforme solicitação da Secretaria Gestora

5.2 Prazo de entrega, que será de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Compra por parte do licitante vencedor.

5.2.1. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor protocolado antes do vencimento do prazo inicialmente estipulado e aceita pela Administração;

5.3. Não será concedida prorrogação de prazo por mais de uma vez para o mesmo empenho, sem a abertura de processo administrativo para verificar possíveis prejuízos a administração solicitante, que tem a livre iniciativa para julgá-lo administrativamente

5.3.1. Caso não concorde com as alegações dos fornecedores, sob o(s) pedido(s) de prorrogação(ões), a ADMINISTRAÇÃO deverá iniciar apuração das obrigações não cumpridas no pacto assumido na ata de registro de preço e aplicar as sanções administrativas cabíveis;

5.4. O prazo para entrega começará a contar no dia imediatamente posterior ao último dia útil fixado no item "5.2";

5.5. Caberá ao setor responsável pelo recebimento do material, monitorar o prazo de entrega e, se assim entender, notificar a empresa sobre a proximidade de encerramento do prazo de entrega;

5.6. Critério de Aceitação dos Materiais:

5.6.1. Os materiais serão recebidos:

5.6.1.1. Os bens serão recebidos Setor de Patrimônio e Almoxarifado, Rua Santo Antônio, 120 - Araripe - CE –CEP: 63170-000, de segunda-feira à sexta-feira em dias úteis das 08h às 12 e das 13h às 16h.

a) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando os produtos entregues estiverem em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

a) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.



LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA
:284980270001
75

Assinado de forma
digital por LUIZ
JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:28498
027000175
Dados: 2021.09.22
09:23:12 -03'00'



5.6.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6.3. O prazo de validade do produto na data da entrega não poderá ter transcorrido 2/3 (dois terços), do prazo total recomendado pelo fabricante.

CLAUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS:

6.1. As despesas decorrentes das eventuais contratações que poderão advir desta licitação correrão á conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento Municipal, inerentes á(s) secretaria(s) contratante(s) interessadas nas seguintes dotações: **0802 08 244 0137 2.072** – Manutenção do IGD/PBF – Gestão do Bolsa Família; **0802 08 244 0136 2.062** - Manutenção do Bloco de Financiamento de Proteção Social Básica; **0802 08 244 0136 2.063** – Manutenção dos Programas de Proteção social Especial; **0801 08 122 0037 2.055**- Manutenção da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.- **Elemento de Despesas: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.**

CLÁUSULA SETIMA - DO PAGAMENTO:

7.1. O pagamento será realizado ao fornecedor, quando regularmente solicitados os bens pelo MUNICÍPIO, na proporção da entrega dos bens licitados, segundo as autorizações de fornecimento/ordens de compra expedidas, de conformidade com as notas fiscais/faturas devidamente atestadas pelo Gestor da despesa, em até 30 (trinta) dias, através de crédito em conta corrente mantida pelo fornecedor, após o encaminhamento da documentação tratada nos sub itens abaixo, observadas a condições da Proposta e os preços devidamente registrados no Anexo I deste instrumento.

7.1.1. Para cada Ordem de Compra/Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.


7.1.2. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” às certidões apresentadas, para verificação de todas as condições de regularidade fiscal.

7.2. Por ocasião da entrega dos produtos o contratado deverá apresentar recibo em 02 (duas) vias e a respectiva Nota Fiscal. A Fatura e Nota Fiscal deverão ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de ARARIPE- CE, com endereço na Rua Alexandre Arrais, nº 937 - Centro – ARARIPE, CEP 63.170-000, ARARIPE– CE, inscrito no CNPJ sob o nº **14.497.385/0001-59**.

7.3. O pagamento fica condicionado, à satisfação de todas as condições estabelecidas em contrato e da comprovação de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas e fiscais;

7.3.1. Deverá vir acompanhada a fatura da nota fiscal os seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;
- b). Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através de apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Estadual deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Estadual;
- d). A comprovação de regularidade para com a Fazenda Municipal deverá ser feita através de Certidão Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa Municipal;
- e). Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa.


LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA: 2849802700017
Assinado de forma
digital por LUIZ
JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:284980
27000175.
Dados: 2021.09.22
09:23:25 -03'00'



7.4. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto a regularidade fiscal.

7.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. A contratada para realizar os serviços, objeto do presente Contrato obrigará-se -a:

8.1.1. Entregar o objeto do Contrato, na Sede da Secretaria correspondente, no município de Araripe, de conformidade com as condições e prazos estabelecidos no Edital, no Termo Contratual e na proposta vencedora do certame, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Compra, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

8.1.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos

8.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto;

8.1.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

8.1.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.1.1.5. Manter durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;

8.1.1.6. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual.

8.1.1.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, frete (qualquer valor de empenho), carga e descarga de mercadoria, seguros, deslocamento, alimentação e hospedagem de pessoal, prestação de garantia,

LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDOR
A:2849802700
0175

Assinado de forma digital por LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:28498-027000175
Dados: 2021.09.22 09:23:38 -03'00'



instalação e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do pacto contratual assinado (ata do pregão).

8.1.8- Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão dirigidos à Comissão de Licitação, até 05(cinco) dias corridos, antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentadas;

8.1.9- Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pela Secretaria correspondente, não serão considerados como inadimplemento contratual.

CLAUSULAS NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1. A contratante obrigará-se-á:

9.1.1- A Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do Termo Contratual, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

9.1.2- Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto contratual;

9.1.3- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto contratual, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

9.1.4- Providenciar os pagamentos à Contratada à vista das Notas Fiscais /Faturas devidamente atestadas pelo Setor Competente.

9.1.5. Assegurar o livre acesso do CONTRATADO e seus prepostos, devidamente identificados, a todos os locais onde se fizer necessária a prestação dos serviços licitados, prestando-lhes todas as informações e esclarecimentos que, eventualmente, forem solicitados;

CLAUSULA DECIMA – DAS SANÇÕES:

10.1- Ficar impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

I - Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

II - Não entregar a documentação exigida no edital;

III - Apresentar documentação falsa;

IV - Causar o atraso na execução do objeto;

V - Não manter a proposta;

VI - Falhar na execução do contrato;

VII - Fraudar a execução do contrato;

VIII - Comportar-se de modo inidôneo;

IX - Declarar informações falsas; e

X - Cometer fraude fiscal.

10.1.1 – As sanções descritas no **caput** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

10.1.2 – As sanções serão registradas e publicadas no Sítio Oficial do Município e no Diário Oficial do Estado – DOE-CE.

10.2- A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

I - Advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 87, da Lei n.º 8.666/93, poderá ser aplicada



LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDOR
A:28498027000
175

Assinado de forma
digital por LUIZ
JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:2849802
7000175
Dados: 2021.09.22
09:23:52 -03'00'



nos seguintes casos:

- a) descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;
- b) outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

II - Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

- a) de **1,0%** (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;
- b) de **2,0%** (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;
- c) de **5,0%** (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de ARARIPE, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

10.3- No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 5 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos I, II e III do **item 10.2** supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no **inciso IV** do mesmo item.

10.4- O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

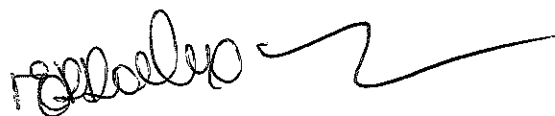
10.5- As sanções previstas nos **incisos III e IV do item 10.2** supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.6- As sanções previstas nos **incisos I, III e IV do item 10.2** supra poderão ser aplicadas juntamente com a do **inciso II** do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.7- A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de **5,0%** (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

10.8- As sanções previstas no **item 10.7** supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com este edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.



LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA: 2
8498027000175

Assinado de forma
digital por LUIZ
JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA: 284980
27000175
Dados: 2021.09.22
09:24:03 -03'00'



CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO:

11.1. O Contrato poderá ser rescindido pelos motivos especificados nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e nas formas previstas nos artigos 79 e 80 da mesma lei e suas alterações posteriores.

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

11.2. O não cumprimento das disposições especificadas neste contrato implicará automaticamente em quebra de contrato, ensejando rescisão administrativa no art. 77 da Lei Federal 8.666/93, reconhecidos desde já os direitos da administração, com relação as normas contratuais e as previstas em Lei ou regulamento dispostas no presente Instrumento;

11.3. O presente contrato é rescindível ainda, independentemente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

- 11.3.1. Omissão de pagamento pela contratante;
- 11.3.2. Inadimplência de qualquer de suas cláusulas por qualquer umas das partes;
- 11.3.3. Acerto em comum acordo por iniciativa de uma das partes, mediante aviso por escrito com 30 (trinta) dias de antecedência, sem ônus para ambas as partes;
- 11.3.4. No caso de não cumprimento de qualquer das cláusulas deste contrato, a parte que se sentir prejudicada poderá reincidi-lo sem que se faça necessário uma comunicação por escrito com a antecedência definida no subitem anterior.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões no quantitativo do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme o disposto no § 1º, do art. 65, da Lei de Licitações.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO:

13.1. Este contrato deverá ser publicado por afixação em local de costume, até o quinto dia útil do mês subsequente á data de sua assinatura.

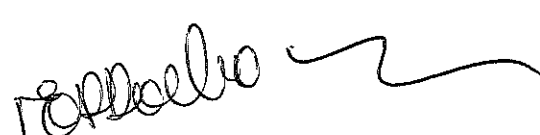
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Declaradas partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva, do acordo entre elas celebrado;

14.2. Obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14.3. Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019; da Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 c/c Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os Princípios Gerais de Direito.

14.4. Fica nomeado como Fiscal desse Contrato a Sra. **Wania Paulino de Lima**, a qual deverá exercer em toda sua plenitude a ação de que trata a Lei nº 8.666/93, alterada e consolidada.


LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDOR
A:28498027000
175

Assinado de forma digital por LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:28498027000175
Dados: 2021.09.22 09:24:16 -03'00'

CLAUSULA DECIMA QUINTA- DO FORO:

15.4. O foro da Comarca de Araripe é o competente para dirimir questões decorrentes da execução deste Contrato, em obediência ao disposto no § 2º do artigo 55 da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada e consolidada.

Declaram as partes que este contrato correspondente á manifestação final, completa e exclusiva de acordo entre elas celebrado, assinado o presente contrato juntamente com as testemunhas firmadas. Araripe- CE.

ARARIPE-CE, 13 de Setembro de 2021



Eric Paulino Rocha
Ordenador de Despesas da
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social
CONTRATANTE

LUIZ JOAQUIM
DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA:
28498027000175

Assinado de forma digital
por LUIZ JOAQUIM DOS
SANTOS
DISTRIBUIDORA:2849802700
0175
Dados: 2021.09.22 09:24:29
-03'00'

LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS
DISTRIBUIDORA
Luiz Joaquim dos Santos- Proprietário
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Vanessa Carlos Martins

NOME: 054.447.103-17

CPF:

Antonia Feneva Nlles

NOME:

CPF: 026.211.133-03



ANEXO I DO CONTRATO Nº 08022021RP2

LOTE 06 – MATERIAIS DESCARTÁVEIS

LICITANTE VENCEDOR LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA										
CNPJ: 28.498.027/0001-75										
ITEM	SERVIÇO	MARCA	UND	PSB	IGD	PSE	SAS	QUANT TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	COLHER DESCARTAVEL, CRISTAL, P/SOPA (PCT COM 50UN) COMPOSIÇÃO:PLÁSTICO NÃO TÓXICO	MINASPLAST	PCT	10	03	03	15	31	RS 2,00	RS 62,00
2	COPO DESCARTAVEL, COM TAMP 200ML PCT COM 100 UNIDADES	MINASPLAST	PCT	150	00	50	150	350	RS 5,70	RS 1.995,00
3	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA, COR LEITOSA, CAPACIDADE 150ML, REFORÇADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PACOTES COM 100 UNIDADES	MINASPLAST	PCT	150	75	50	150	425	RS 2,50	RS 1.062,50
4	COPO DESCARTAVEL PARA ÁGUA, COR LEITOSA, CAPACIDADE 200ML, REFORÇADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, PACOTES COM 100 UNIDADES	ULTRA	PCT	150	75	50	150	425	RS 6,00	RS 2.550,00
5	COPO DESCARTAVEL PARA CAFÉ, COR LEITOSA, CAPACIDADE 50ML, REFORÇADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	MINASPLAST	PCT	100	50	50	200	400	RS 1,20	RS 480,00
6	GUARDANAPO DE PAPEL, MATERIAL 100% CELULOSE, FOLHAS SIMPLES, GOFRADAS, COR EXTRA BRANCA, MEDINDO 23X20CM (PODENDO VARIAR EM ATÉ 1CM DE CADA LADO), EMBALAGEM EM MATERIAL PLASTICO TRANSPARENTE, TIPO PACOTE COM 50 UNIDADES	LIZ	PCT	50	05	05	25	85	RS 0,70	RS 59,50
7	PRATO PLASTICO DESCARTAVEL, (PCT C/10UND), PRATO PLASTICO DESCARTAVEL, ATOXICO, FUNDO, DIÂMETRO 150MM	ULTRA	PCT	50	10	05	15	80	RS 0,90	RS 72,00
TOTAL DO LOTE 06										RS 6.281,00

LOTE 12 – EPI'S

LICITANTE VENCEDOR LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA										
CNPJ: 28.498.027/0001-75										
ITEM	SERVIÇO	MARCA	UND	PSB	IGD	PSE	SAS	QUANT TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	LUVA SENSIFLEX PARA TRABALHO SENSÍVEL. CAIXA COM 100 UNIDADES	FORTFLEX	CX	03	01	01	36	41	RS115,00	RS 4.715,00
2	MASCARA DESCARTAVEL, CAIXA COM 100 UN	INOVEN	CX	03	01	01	36	41	RS 92,00	RS 3.772,00

Assinado digitalmente

LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDOR
A:2849802700175
0175

Assinado de forma digital por LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA:2849802700175
Dados: 2021.09.22 09:25:59 -03'00'



SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS, DISTRIBUIDORA
 Assinado de forma digital por LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS, DISTRIBUIDORA
 CNPJ: 28.498.027/0001-75
 Data: 2021.05.22 09:25:48 -03'00'
 027000175

3	TOCA DESCATAVEL EM TNT, COM ELASTICO TIPO SANFONFONADA - TOUCA DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL - ATÓXICA - 100% POLIPROPILENO, PACOTE COM 100 UND.	SOGIMA	PCT	03	01	01	36	41	R\$ 41,54	R\$ 1.703,14
TOTAL LOTE 12 R\$ 10.190,14										

LOTE 25 – SACOS PARA LIXO

**LICITANTE VENCEDOR LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA
 CNPJ: 28.498.027/0001-75**

ITEM	SERVIÇO	MARCA	UND	PSB	IGD	PSE	SAS	QUANT TOTAL	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	SACO PLASTICO PRETO, REFORÇADO, PARA LIXO, CAPACIDADE DE 100L, MEDIDA 69X83CM. (PACOTEC/5 UNIDADES)	RAV	PCT	40	10	10	40	100	R\$ 2,60	R\$ 260,00
2	SACO PLASTICO PRETO, REFORÇADO, PARA LIXO, CAPACIDADE DE 200L, (PACOTEC/10UNIDADES)	RAV	PCT	30	07	07	30	74	R\$ 6,60	R\$ 488,40
3	SACO PLASTICO PRETO, REFORÇADO, PARA LIXO, CAPACIDADE DE 50L, MEDIDA 54X66CM. (PACOTEC/10 UNIDADES)	RAV	PCT	30	10	10	50	100	R\$ 2,00	R\$ 200,00
4	SACO PLASTICO PRETO, REFORÇADO, PARA LIXO, CAPACIDADE DE 30L, MEDIDA APROXIMADA 46X54CM. (PACOTEC/5 UNIDADES)	RAV	PCT	30	10	10	50	100	R\$ 1,90	R\$ 190,00
TOTAL LOTE 25 R\$ 1.138,40										

Handwritten signature



EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO

O Município de Araripe torna público o extrato resumido do **contrato nº 08022021RP2**, proveniente da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, nº **08.02/2021-PERP**, cujo objeto é a SELEÇÃO DA MELHOR PROPOSTA PARA REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE COPA/COZINHA E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARARIPE-CE.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Araripe - Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social de Araripe/CE

CONTRATADA: LUIZ JOAQUIM DOS SANTOS DISTRIBUIDORA

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 13 de Setembro de 2021

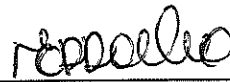
VALIDADE DO CONTRATO: até 31/12/2021

VALOR TOTAL: R\$ 17.609,54 (dezesete mil, seiscentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos)

ASSINA PELA CONTRATANTE: Eric Paulino Rocha , Ordenador de Despesas

ASSINA PELA CONTRATADA: Luiz Joaquim dos Santos-Proprietário

Araripe/CE, 13 de Setembro de 2021



Eric Paulino Rocha
Ordenador de Despesas da Secretaria do Trabalho e
Desenvolvimento Social